

Para uma sociologia histórica dos testemunhos: considerações preliminares

Towards an historical sociology of testimonies: preliminary considerations

Eliana de Freitas Dutra*

Abstract

This article deals with the challenges posed by questions and research procedures related to oral history, specifically, the theoretical and methodological issues raised by the utilization of oral documents. We start out with questions regarding the use of "oral testimony" and its implications for procedures and practices related to the acquisition of historical awareness and knowledge.

Keywords: memory, orality, testimony

Resumo

O artigo está voltado para o desafio de pensar algumas questões relativas aos procedimentos de pesquisa em história oral, bem como em propor alguns referentes teórico-metodológicos para a utilização dos documentos orais. Partimos de interrogações acerca da utilização do "testemunho oral" relativas às suas implicações nos campos de procedimento e de práticas do conhecimento histórico.

Palavras-chave: memória, oralidade, testemunho

No tocante às reflexões sobre o testemunho o nosso ponto de partida é a afirmação de Marc Bloch¹ de que à medida que a investigação histórica progredia, ela foi levada a confiar cada mais na segunda categoria de testemunhos - sendo a primeira a das fontes narrativas- isto é, nas testemunhas que não pretendiam sê-lo. Segundo ele não é que documentos desse gênero estejam mais isentos de erro ou de mentira do que outros. Mas a deformação, uma vez existente, "não foi pelo menos especialmente concebida a pensar na posteridade". Essas preocupações de Marc Bloch, ao contrário de uma dose de ingenuidade, vieram no contexto de uma reflexão sobre a importância de se levar em conta as condições peculiares à época dos testemu-

* Profa. da UFMG, Doutora em História Social. E-mail: edutra@horizontes.net

¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, S/D

nhos, única saída, segundo ele para que o historiador não ficasse refém de preconceitos ou falsas prudências ao lidar com as gerações desaparecidas. Ocorre entretanto que esse historiador estava refletindo sobre testemunhos escritos, e mesmo que sua saída permaneça válida para o trabalho com documentos orais, se mantêm de pé as suas preocupações quanto lidamos com esses últimos, dada à desconfiança que ainda hoje impera em relação aos mesmos.

A questão dos testemunhos desde a antiguidade² já estava colocada no cerne de controvérsias historiográficas. Haja vista a crítica que Tucídides vai fazer à Heródoto pelo fato desse fazer do testemunho o centro da nova forma de conhecimento a que aquele tinha dado origem. Afinal, na perspectiva de Heródoto é a visão que acarreta o saber, daí o peso da narrativa de quem viu, escutou de quem viu, ou mesmo escutou de alguém que escutou de quem viu. A validade do testemunho para Heródoto se esgotaria, assim, na terceira geração, pois o que não era visto não poderia mais ser relatado³. Ele queria mostrar o que viu e pesquisou e narrar todo e qualquer aspecto da realidade “digno de menção e memória”. Para isso ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria e a de outrem.

Tucídides ao contrário, acha a memória fonte frágil, pouco confiável, inexata, subjetiva, variável, relativa, incapaz de garantir a fidelidade do relato à realidade, e de assegurar autenticidade. Ele quer fixar o testemunho por escrito, estabelecer critérios de verificação, e vai escolher o que deve ser registrado para ser transmitido: os fatos relativos ao exercício das atividades políticas, aos cuidados com a vida pública. Ele escreve para o presente aprender e para instruir o futuro. Com Tucídides começa a ganhar corpo uma ideia de que a História, mais tarde reconhecida como ciência, só existe na perspectiva de um conhecimento válido, porque capaz de ser objetivo, quando deixamos de ser dependentes da tradição oral e quando podemos dispor de documentos escritos. Como dizia o grande historiador Fustel de Coulanges no século XIX, “a História se faz com documentos escritos”. Ao que vai rebater neste século, outro eminente historiador, Lucien Febvre⁴: “quando eles existem”. Se não os temos, teremos que ser capazes de “fabricar o mel mesmo na ausência das flores habituais”.

Deixada de lado a imagem romântica utilizada por Febvre, importa reter que no século XX, com a revolução historiográfica que

² Sobre *historiografia na antiguidade* ver: MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'Historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard, 1983; HARTOG, François. *Le Miroir d'Hérodote*. Paris, Gallimard, 1980. Sobre Heródoto e Tucídides ver também, GAGNEBIN, Jeanne Maire. *O Início da História e As Lágrimas de Tucídides*. In: *Narradores e Intérpretes*. FCC-PUC, São Paulo, nº 1, 1992, p. 09-28.

³ Ver GAGNEBIN, op. Cit.

⁴ Ver: *Combates por la Historia*. Barcelona, Ariel, 1974.

se distancia de uma história escrita ao nível das fontes, ou seja baseada em documentos produzidos pelos protagonistas; com a revolução documental, qualitativa e quantitativa, vivida pela história, cada vez mais foi se impondo a valorização de outros recursos documentais de massa, entre eles os documentos orais. Como os demais documentos a sua utilização continua a inspirar cuidados, polêmicas e críticas como a que vê na produção de fontes orais uma prótese do arquivo escrito.⁵

A valorização do testemunho oral, neste século, ultrapassou em muito a perspectiva dos folcloristas da "tradição oral", a que perdeu força numa sociedade onde a imprensa e os demais meios de comunicação de massa, segundo opinião corrente, formam na atualidade, um quarto poder. A questão que se coloca para historiadores, sociólogos e antropólogos hoje, é que a fala de desconhecidos e anônimos constitui um discurso coletivo e que existe um produto social na confusão de vozes que falam do seu passado. Experiências vividas, fatos observados, ações realizadas, se transformam em história no decorrer de diversas narrações. Mas a investigação crítica não pode desconsiderar que os depoentes têm um interesse próprio no depoimento que prestam aos pesquisadores: eles fazem valer seu interesse ao depor; eles intervêm no depoimento; eles decidem o que lembrar; qual história contar; o que recortar; o que montar; o que esquecer.

Também o pesquisador tem que se preocupar com as suas fontes e essa preocupação realiza a seu modo um tipo de imposição sobre o documento oral uma vez que estabelece um roteiro para os inquéritos são velhas conhecidas dos praticantes da história oral, questões que têm que ser colocadas ao documento oral, e que não se difere das colocadas ao documento escrito⁶, tais como: Quem fala? Porque fala? Por quem fala? De qual história particular participou? Que ação e que pensamento estão contidos no seu testemunho? Qual a finalidade e o caráter necessário que comandam a decisão de depor? Até que ponto ele conhece sobre o que diz saber? O que ele evita dizer? Porque ele sabe? Quem lhe informou? O que ele quer que eu acredite? Do que ele quer me convencer? Qual é a distância tem-

⁵ Sobre a História Oral e a problematização de sua metodologia, e sua importância numa "história dos de baixo", ver: SAMUEL, Raphael. *Historia popular, historia del pueblo*. In: *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona, Ed. Critica, 1984; THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. São Paulo, Paz e Terra, 1992; PRINS, Gwyn. *História Oral*. In: BURKE, Peter (org) *A Escrita da história*. São Paulo, UNESP, 1992; FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, VIDAL, Diana Gonçalves. *De Heródoto ao Gravador: história da história Oral*. *Resgate*. Revista Interdisciplinar de Cultura, dentro da Memória. Unicamp, Campinas, 1:77-82, 1990, entre outras.

⁶ Sobre questões colocadas ao documento, seja tomado em si mesmo, seja enquanto sujeito ou enquanto objeto ver MARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o Procedimento Histórico". In: SILVA, Marcos(org.) *Repesando a História*. São Paulo, Marco Zero, 1994, 37-64.

poral entre o ocorrido e o momento da narração? O que se passou nesse intervalo de tempo? Estas são perguntas que têm que estar atadas ao gravador. Um cuidado metodológico importante é a consideração da diferença das fontes orais em si mesmas. O que também exige um protocolo prévio de interrogação. O que vem a ser esse testemunho? O que ele é capaz de me dizer? Como posso recuperar o que ele tem a me dizer?

Ora, as fontes orais colocam questões de natureza diferente ao pesquisador que não pode uniformizar o tratamento de todos e qualquer tipo de depoimento. Esta é, no nosso entender, uma questão de princípio. Não podemos tomar indistintivamente depoimentos de de imigrantes, sindicalistas, militantes partidários, habitantes das cidades, mulheres, lideranças políticas de elite, uns com os outros e entre si, sem considerarmos o seu lugar social, a noção de identidade que eles possuem, os signos distintivos com os quais eles se identificam, individualmente ou enquanto grupo, e que dão coerência à sua vida e constância aos seus hábitos e práticas. É através deles que eles se reconhecem e aos outros, que compreendem mutuamente suas práticas, sua história individual, e compartilham uma história de grupo.⁷

Do mesmo modo, sabemos todos, é preciso levar em conta as tensões entre identidade e alteridade, as experiências de crise, traumatismo e transição das identidades, onde os indivíduos experimentaram rupturas com o seu mundo habitual. Este é o caso por exemplo dos imigrantes⁸ que se transferem para outros países, dos militantes políticos que vivenciaram experiências de exílio e de prisão, pela qual tiveram interrompida sua integração social, grupal e familiar, sendo submetidos à relações com outros grupos étnicos, linguísticos, nacionais etc. Os depoimentos de quem experimentou essas condições tendem a revelar a necessidade de manter vivo um sentimento de identidade. Nessas condições o testemunho deixa de ser uma simples exposição factual e informativa, e o ato mesmo de depor, se transforma num instrumento de resgate e de recomposição da identidade esbatida.⁹ A vontade de testemunhar é tão somente o encontro bem sucedido entre a vontade do pesquisador e a disposição do depoente de reconstruir sua experiência autobiográfica. Nesse ponto se misturam as histórias de vida e as entrevista temáticas.

⁷ Sobre essas diferenças ver o tratamento que Gérard Namer dá às memórias da classe trabalhadora, dos deportados e dos judeus egípcios, na França. IN: NAMER, Gérard. *Mémoire et Société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987

⁸ São expressivos neste particular os depoimentos tomados dentro do projeto de História Oral/UFMG, de imigrantes e seus filhos tal como os de Amadeu Lorenzatto, Izaura Buldrini, Sr. Primo, Antonina Zandona.

⁹ Aqui nos foram de grande valia as reflexões de Michel Pollak e Natalie Heinich, sobre as peculiaridades dos testemunhos e a Ele realiza suas reflexões com base nos depoimentos de pessoas que viveram a experiência da deportação e confinamento em campos de concentração europeus, quando da segunda guerra mundial. Ver: POLLAK, Michel, HEINICH, Natalie. Le témoignage. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 62/63-juin, 1986, p.3-30

A análise dos testemunhos impõe, portanto, inventariar as diferentes formas de testemunho, dentro do campo escolhido ou colocando um campo frente ao outro, na medida em que eles condicionam a compreensão e a natureza das informações recolhidas. Para garantir um mínimo de unidade aos diferentes tipos de testemunhos por exemplo dentro de um campo é preciso fazer escolhas que permitam uma análise mais fina do conteúdo e das formas dos documentos orais. Tal como escolher tratar diferenciadamente, em certas condições de práticas e hábitos culturais, depoimentos de homens e mulheres; dos militantes de base dos de liderança política, entre outros. Face a esse material que incorpora essas divisões oriundas do social, o historiador e o sociólogo vão ser levados a abordar o problema da veracidade de suas fontes. Como ignorar a mutabilidade do caráter seletivo da memória? Como considerar e avaliar os vários mecanismos seletivos da memória pessoal que sabemos intervêm na qualidade íntima do depoimento?

Afinal, uma das novidades da história oral é o resgate do rico campo da experiência subjetiva. É preciso ter critérios para o julgamento das fontes orais tanto quanto para o documento escrito e constrará-las com outras partes verificáveis. No entanto, aqui é preciso atentar para a tendência do procedimento habitual de reter apenas o material que pode ser confirmado por coincidência com outras fontes. Esse procedimento não pode ser considerado isento de questionamentos. Afinal, nos alertam Pollack et Heinich¹⁰, que quando eliminamos o que não pode ser confirmado por uma pluralidade de fontes, com o objetivo de reconstituir de maneira mais objetiva e exata o que realmente se passou, corremos o risco de ocultar a tensão constitutiva e própria dos testemunhos. Elas podem nos levar a compreender coisas importantes sobre as experiências dos depoimentos a partir da problematização do que foi dito e o que foi silenciado nos depoimentos. É preciso portanto considerar, e valorizar, a lacuna, as falhas.

Nesse ponto, é preciso que os historiadores se valham da problemática histórica que supõe que todo documento tem um sentido e emprender uma espécie de sociologia do documento oral. Não podemos abandonar certos documentos orais apenas em nome da credibilidade e sim quando for preciso que reconstruamos o sistema de ajustamento de seu sentido. Não devemos concentrar toda nossa atenção sobre as informações factuais e sim devemos submeter um "corpus" de formas diversas de testemunhos à um análise também sociológica. Uma tal análise deve, no entender de Pollack e Heinich¹¹, integrar na reflexão tudo o que diz respeito ao material documental

¹⁰ Op. Cit.p.5

¹¹ *Idem*

disponível no contexto de sua produção e de seus destinatários presumidos ou reais, de maneira a estabelecer um vai e vem permanente entre os materiais empíricos e a construção teórica. Esta sociologia se baseia sobre os fatos relatados, sobre a posição do depoente e suas ligações com o destinatário do testemunho, que pode ser ou não o pesquisador, e também sobre as formas escolhidas para dar conta, no seu depoimento, da experiência relatada. Ela igualmente mantém o historiador alerta para a necessidade de investigar as percepções e opiniões retrospectivas para saber o que as pessoas perceberam, pensaram ou faziam num presente que não é o mesmo do depoimento. Isto implica para nós refletir sugere Hobsbawn¹², acerca da impossibilidade de reconstruir percepções originais bem como refletir acerca de uma temporalidade do testemunho, ciente de que a transmissão da lembrança, de reminiscência leva a processos de encurtamento cronológico, ou seja ao relato dos fatos passados como se fossem contemporâneos. Como ignorar isso na crítica do testemunho?

De outro cabe-nos considerar, enquanto pesquisadores, que os documentos biográficos ou temáticos em poder dos centros de pesquisa, resultam de questões colocadas pelos pesquisadores, mesmo quando esses permitem associações livres, também eles contêm os temas, os princípios e o estilo que organizam os depoimentos. Ainda assim como nos lembram Pollack e Heirich, eles são ricos, face aos silêncios dos documentos escritos dos arquivos, quando então só as histórias de vida detalhadas e os interrogatórios temáticos permitem estudar as articulações entre a experiência, por exemplo, antes da imigração, da prisão, do exílio, da urbanização, da liberação feminina¹³, e a vida posterior, o trabalho de adaptação, a afirmação social após a conquista de um espaço social e ou político.

Se sabemos todos que os documentos biográficos, principalmente, resultam sempre da vontade do autor de se lembrar e de transmitir a lembrança, não podemos perder de vista que as informações tão ricas que eles contêm devem ser valorizadas em função da lógica da necessidade, das escolhas que podem comandar as diferentes maneiras que os depoentes têm de dar conta de sua vida no presente, ou mesmo de lidar com o seu passado. Também os constrangimentos estruturais aparecem sobre a forma do silêncio dos depoentes, dos desvios, das recusas de tocar certos temas, de falar de certos assuntos. Certas fronteiras são estabelecidas, limites são constatados, mas eles não podem ser considerados "dados" nem "estáveis" à priori. Eles variam e nesse ponto são ricas as descobertas

¹² HOBBSAWAN, Eric. *A História de baixo para cima*. IN: *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p.216-231

¹³ Sobre a memória feminina ver: PERROT, Michele. *Pratiques de la Mémoire Feminine*. In: *Sommaire-Theatres de la Mémoire*. Paris, Éditions Minuit, 1989, p.19-27

de Pollack e Heirich de acordo com os diferentes gêneros e categorias dos testemunhos. As censuras podem ser interiorizadas ou institucionais a depender da natureza dos testemunhos. Existem condições que como nos mostram esses autores, autorizam a expressão pública da pessoa privada, onde a palavra sobre o eu se vê ampliada, onde a memória individual se vê transfigurada em coletiva. Este é o caso de depoentes com grande notoriedade pública, ou que têm o status de representante de um grupo, de uma corrente intelectual, ou quando é porta-voz de uma causa. Portanto, uma reflexão sobre o espaço autobiográfico pode ser capaz de assegurar a compreensão das condições que tornam possível, ou não, o testemunho. ¹⁴As dificuldades das enquetes devem ser, por via de consequência, necessariamente integradas na interpretação.

Também as condições de emergência dos testemunhos não é independente da evolução da vontade de escutar. A emergência da história social, de uma história dos de baixo, dos incapazes de fazer seus próprios registros; o avanço, na história e na sociologia dos procedimentos de campo dos etnólogos; as restrições ao funcionamento, e a destruição de documentação, de associações partidárias e sindicais em períodos de restrição às liberdades democráticas no Brasil e nos demais países da América Latina, legitimaram as técnicas de entrevistas e motivaram sua prática entre os cientistas sociais. Por outro lado a possibilidade de testemunhar, em condições onde a escuta se torna possível e legítima, após períodos de forte interdição vai marcar fortemente os referentes cronológicos dos depoentes que tenderá a se fazer por marcos que são os da reconstrução histórica. Assim a organização cronológica da narração é fortemente marcada pelo tipo de necessidade ao qual responde o ato de testemunhar e pelo tipo de forças mobilizada para permitir o testemunho. No caso dos testemunhos de militantes, de homens de ação, de intelectuais engajados, uma questão significativa é que o testemunho, não obstante as diretivas do pesquisador, pode tomar a forma de um discurso de mobilização, de ativismo, de ajuste no percurso político, de defesa e legitimação dos princípios da ação. O discurso é assim lastreado pela experiência, por uma tradição de luta, e se legitima em nome de uma causa, de um grupo e, ou, de uma organização, que o depoente representa, ou mesmo crê incarnar.¹⁵

¹⁴ Sugestivo dessas questões são os depoimentos do intelectual católico, Edgar da Mata Machado, registrados no âmbito do projeto de História Oral da FAFICH/UFMG, e também no livro de NEVES, Lucília de Almeida, DULCI, Otávio Soares, MENDES, Virginia. *Edgar da Mata Machado. Fé, Cultura e Liberdade*. São Paulo, Ed. Loyola, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1993

¹⁵ Isto pode ser bem aquilatado nos depoimentos de sindicalistas, e militantes do PTB, do PCB, também integrantes do acervo do projeto em pauta, como por exemplo nos de Dimas Perrim, Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta, o Dazinho.

O trabalho de constituição de uma memória coletiva - que brota dos testemunhos - num quadro de sociabilidade, seja de sindicalistas, de militantes partidários, de lideranças de elite, de grupos de imigrantes, quando retomam aos mesmos ou quando são monitorados voluntária ou involuntariamente pelos grupos, são capazes através dos pontos de contato, via a lembrança entre uns e outros, de reconstruir um fundamento comum, de restaurar uma comunidade afetiva, através do jogo de tensões entre memórias individuais e a memória coletiva. O ato de testemunhar, dessa, forma pode ser uma maneira dos indivíduos e grupos reescreverem sua própria história, numa perspectiva prosopográfica, ou seja da biografia coletiva.¹⁶

Para os historiadores fica a necessidade de considerar todos esses aspectos sob pena, se não o fizer, de estabelecer ligações artificiais entre um conjunto de vidas singulares e trajetórias particulares. Com a aceleração contemporânea da história, há uma aceleração da memória coletiva e uma multiplicação da memória de grupo. Certamente a história oral tem seu lugar nesse processo, ainda não avaliado devidamente pelos conjuntos dos historiadores. Entretanto é preciso avaliar se os praticantes das enquetes orais não têm descurado da contraposição da memória viva, recolhida nas entrevistas, à memória histórica¹⁷. Esta contraposição pode permitir que avancemos sobre vários aspectos tais como a formação de mitos através da memória. Como reconstruir essa formação de mitos via história oral. Também a questão do fato histórico e do papel do fator político na construção da memória. Afinal o testemunho pode definir contornos para o estabelecimento do feito, e se tornar um elemento de interpretação histórica, portanto ser fundador de uma memória histórica dos acontecimentos. O testemunho nessa perspectiva pode ser, em si mesmo, um ato de poder, e a imposição de uma versão pode ser apenas uma face de sua expressão. Outra questão é a de potencialidade do testemunho para a transmissão e manutenção de uma dada cultura política. Assim uma sociologia de testemunho pode contribuir para nos levar ao encontro de várias outras historicidades, e para ampliar a história da memória, que outro significado não tem, para ficarmos de acordo com Pierre Nora, do que a economia do passado no presente.

Artigo recebido para publicação em agosto de 2000

¹⁶ É interessante registrar como os testemunhos de membros da elite empresarial e política mineira tende a valorizar o recorte social e geracional, de um grupo que se reconhece enquanto um coletivo ao se identificarem como responsáveis pelas iniciativas do Estado, pelos investimentos na produção, pela construção da riqueza, pelo mérito do progresso e do desenvolvimento do estado, pela gestão da coisa pública.

¹⁷ Uma rica reflexão sobre a aceleração da história, a natureza da memória histórica e a problemática de sua construção ver: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1986, v.I